



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2023, reuniu-se na Sala da Presidência, às 15h05min, a **Comissão Extraordinária Permanente de Direitos Humanos, Cidadania e Minorias**, com a presença dos vereadores **ANA LÚCIA RODRIGUES** - Presidente e **ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA** - Vice-Presidente. Sob a presidência da Vereadora Professora Ana Lúcia, foi iniciada a discussão proposta pelo documento de Convocação de Reunião - SECOM (0284595). Estavam presentes, ainda, Mablon Fraga, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR, Luciana Silvestre de Oliveira, integrante da Comissão de Direitos Humanos OAB/Pr, Tereza Maria Paulique Peluso, Diretora da Secretaria de Assistência Social, Sandra Jacovós, Secretária da Secretaria de Assistência Social, Dom Frei Severino, Bispo da Arquidiocese de Maringá, Padre Guivaldo Ubinger, Arquidiocese de Maringá, Andressa Pires Martins Santana Coordenadora da Comissão Gestora da CRP, Patrícia Maia Pepi, Diretora CAPSad, Leonardo Silveira, Defensor Público do Paraná, Paulo Henrique Mai, Médico de Família da Consultoria da Rua, Mário Seto Takeguma Junior, Conselheiro do CRP/08, Pastor Alexandre Ferrarezi, Presidente da OPEM. Com a palavra, a Presidente deu boas vindas aos membros e apresentou os pontos iniciais de trabalho: **compreender o que cada representante de seu referido órgão tem sobre os problemas encontrados de natureza de direitos humanos e sobre a situação da população de rua.** Com a palavra, o Dr. Mablon Fraga apontou que, um dos problemas encontrados foi em relação aos idosos em situação de acolhimento, pois há questão de abandono deles por parte da família e a vulnerabilidade por natureza; outro ponto, a questão das mulheres encarceradas, na questão da falta de higiene e saúde precária, além disso, os filhos dessas mulheres estão esquecidos, assim aumenta o problema social. Seguindo, Dom Frei Severino informou que, precisa melhorar as questões das crianças e adolescentes abandonados, pois ficam em abrigos na espera de adoção, portanto teria que haver alguma melhora na questão de divulgação sobre adoção; ainda, mencionou que a população de rua estão com a saúde mental prejudicada e inseguras, pois os médicos deveriam tratar questões primárias de saúde e não pela especialidade da psiquiatria; Em seguida, Andressa Santana informou que o trabalho de prevenção, o oferecimento de oficinas para o desenvolvimento de habilidades técnicas e a criação de vínculos com as pessoas em situação de rua é o procedimento realizado pelas instituições, mas não garante o salvamento; ainda, que existe a necessidade de divulgação da família acolhedora (49 famílias cadastradas e apenas 27 adolescentes acolhidos) e a informação do programa Adoção Legal; Prosseguindo, a vereadora Professora Ana Lucia ressaltou que o Poder Executivo tem a intenção de construir a segunda Casa Abrigo, mas a encontrou dificuldade quanto a vizinhança do local que seria construído, que precisa ter atuação em relação aos moradores do local, ainda, o vereador Adriano Bacurau citou que acontece a mesma coisa com as casas terapêuticas; Adiante, Mário Seto informou que os bairros precisam ser mais ativos na comunidade, pois precisam ser coletivos e ser informados sobre a saúde mental, por isso que o Poder Público encontra dificuldade quanto aos problemas sociais; Logo em seguida, o Médico Paulo Henrique explanou sobre a situação das crianças, pois faltam leitos para elas e para as pessoas com problemas mentais, que poderia ser resolvida com a ativação do Hospital da Criança; Seguindo, o Defensor Público Dr. Leonardo Silveira citou que os transsexuais encontram dificuldades quanto retificação de nomes e gêneros, pois falta divulgação de informações e treinamento dos servidores/trabalhadores da saúde, assim necessita de um programa de capacitação para o atendimento adequado quanto aos transsexuais. Novamente, com a palavra, Mablon apontou que o problema é o acesso e a divulgação de informação quanto a todos os problemas citados, incluído o CENTROPOP; além disso, existe o discurso de sensacionalista da imprensa, por isso deve haver a estratégia de comunicação, com algum canal para receber ou coletar informações e reclamações sobre os casos de violação de direitos humanos; Seguindo, o Pastor Alexandre informou que a criação de Bancos de Dados seria importante para a pessoa em situação de rua, pois sabendo a necessidade de cada um teria o seu encaminhamento correto para o tratamento; além disso, falta de parcerias com os empresários quanto as vagas de trabalho. Novamente, Dom Frei Severino ressaltou que a

comunicação irá preencher as lacunas, precisa de estratégia, pois o acolhimento necessita de tempo e habilidade para otimizar o trabalho quanto as pessoas em situação de rua. Assim, a presidente desta Comissão, a vereadora Professora Ana Lúcia fez os seguintes apontamentos que serão encaminhados: Requerimento ao Chefe do Poder Executivo local questionando sobre a possibilidade da Ouvidoria Municipal - 156, receber as denúncias e realizar os direcionamentos quanto à violação de direitos humanos; e, Oficiar ao Poder Executivo a execução da Lei Municipal n. 5858/2002, para que o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos tome posse e inicie os trabalhos. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, às 16h35min, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

PROFESSORA ANA LÚCIA RODRIGUES

Presidente

ADRIANO BACURAU

Vice-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Rodrigues, Vereadora**, em 12/04/2023, às 12:01, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano da Silva de Oliveira, Vereador**, em 12/04/2023, às 12:30, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0287036** e o código CRC **D5717B78**.